

# Até o último escombros

VILLAS-BÔAS CORRÊA \*

O esmerneio eleitoral paraibano, que tirou do sério o correto e sóbrio senador Antonio Mariz, e o chique de corporativismo explícito do plenário tentam jogar areia nos olhos do público e transferir a discussão do veterano escândalo das mordomias e privilégios parlamentares do seu tema central para os subúrbios do despiste.

A indignação cívica dos candidatos à salvação da Paraíba brada contra a discriminação preconceituosa e descobre trama sulista, urdida pelo inconformismo pela ocupação da presidência do Senado e, portanto, do Congresso, do senador Humberto Lucena, o pau-de-arara injustiçado.

É possível que essa invencione do desatino repercute no fundo da alma ressentida dos nordestinos, maltratados pelo abandono federal. Mas cá para nós, não passa de uma grande bobagem.

Flagrados na prática da sabida ilicitude rotineira, às vésperas da eleição na qual dois terços dos sócios jogam a parada da renovação do abençoado mandato de oito anos, o clube dos senadores entrou em polvorosa. De logo, apelou-se para o saber jurídico dos assessores, estumados a farejar brechas na legislação permissiva por onde deslizem os recursos que esticam os prazos, esfriam a reação e facilitam os dribles às punições. Salvo o senador Lucena, todos se safam no arrastão da impunidade.

O Senado moverá céus e terra para salvar seu presidente, promete o interino em exercício, senador Júlio Campos. Mas o arranque desafiador logo se amortece na blandiciosa proposta do conchavo que apazigue os ânimos e dissolva os riscos de conflito entre poderes. Sibila o senador por Mato Grosso, enviezando o olhar por trás das lentes faiscantes, que o Senado nunca se intrometeu na vidoca dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral, bisbilhotando como Suas Excelências dissipam as verbas para lubrificar mordomias degustadas em silêncio, sob a proteção da toga. Por que o TSE não respeita a autonomia do Poder Legislativo e cerra as butucas mexeriqueiras?

Com perdões antecipados pela irreverência: mal comparando, parece acerto entre quadrilhas para a divisão das respectivas áreas do tráfico do pó.

Ora, o que embaraça o Senado e paralisa a Câmara — muda, surda e cega como estátua — é que a causa é ruim. E o discurso de protesto não empina, não sai do chão, rastejando em desculpas mais esburacadas que parede de favela, porque não consegue articular justificativa decorosa para o essencial: é moralmente defensável, é eticamente correto que senadores e deputados estipulem cotas milionárias para a utilização da gráfica do Senado, a maior do mundo em número de funcionários?

**Será ético estipular cotas milionárias para usar a gráfica do Senado?**

E imprimam o que bem entendam, sem qualquer prévia seleção, às custas do suado dinheirinho público? Alguém se apresenta para defender a legitimidade e a decência de senadores e deputados imprimirem folhinhas, calendários, convites de casamentos, batizados e crisma, cartões de Natal e Boas Festas, paparicos ao eleitor, livros de versos ou de prosa enxundiosa, material de propaganda descarada para distribuição aos milhares, especialmente nos períodos de campanha?

Pois esta é a questão. Tudo o mais não vai além de perfumaria, do secundário, das franjas e bordados do blabláblá.

Certamente que jogando-se o foco para o detalhe é possível distinguir cantos da injustiça. O senador Humberto Lucena não amealhou fortuna em 40 anos de vida pública. E, como alega, todo mundo se lambuza, há décadas, com naturalidade da rotina, no mel de vantagens nada desprezíveis. A autoria em livros que ninguém lê sempre acaricia a vaidade e mimeoseia o eleitor. E as publicações da gráfica das mutretas não custam nada: papel, tinta e mão-de-obra, tudo é de graça.

Bem, se é esta a lógica, Collor e o PC Farias devem ser inocentados: na quadrilha que ambos chefiavam em fraterna parceria, todos se locupletavam. Não há registro de reclamações trabalhistas contra o injusto rateio do butim.

O espanto pela denúncia tardia da velha distorção agrava a indecência ao invés de atenuá-la.

Pois é incrível que o Congresso ainda não se tenha dado conta das mudanças que se processam, em cadência acelerada, com intensa participação popular. Desde a mobilização da sociedade para exigir a expulsão de Collor que se inaugurou um novo tempo. Denúncias pipocam de todos os cantos com a revelação de documentos comprometedores, encaminhados às redações de jornais, rádios e televisões.

São os bolsões da pretensiosa certeza da impunidade, viciados na fruição indecorosa dos privilégios, resistem à vassourada higiênica e inadiável. O Congresso está demorando demais, além de todos os limites da esperteza, a enfrentar a crise da instituição que ameaça explodir com o regime.

Nem a oportunidade da eleição está sendo aproveitada para abrir o debate da sua reformulação. E está claro que não resistirá por muito tempo se insistir em esconder-se dos seus erros e em ignorar a repulsa popular que o estigmatiza com índices injuriosos de votos nulos e em branco.

Retardar a faxina saneadora, estancar em meio à devassa de suas mazelas não é o caminho da reabilitação.

A miopia suicida vai adiando, empurrando com a barriga a operação reparadora. O que o voto não conserta acaba desentortado pela violência.